

Intensificar a mobilização por salários, saúde e direitos e contra a 'reforma' administrativa

Caio Ciola



Kit Gaion



Valcir Araujo

Assembleia presencial em 30/9 prepara dia de lutas

É urgente a unidade para assegurar direitos à categoria, e direção do Sindicato convida trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário Federal a somarem com as mobilizações nacionais marcadas para 3 e 7 de outubro, junto com estudantes da USP, metroviários, sabespianos e ferroviários que lutam contra as privatizações do governo Tarcísio em SP e demais categorias do funcionalismo.



Atos na Justiça do Trabalho, no TRF-3 e em Brasília cobraram antecipação do reajuste e verbas para assistência em saúde

- ✓ Antecipar a última parcela da recomposição salarial, de 2025 para 2024
- ✓ Por mais verbas para a assistência em saúde e garantia da isonomia entre servidores e juízes
- ✓ Derrubar os vetos do governo Lula/Alckmin à incorporação do adicional de qualificação para técnicos com diploma de nível superior, à manutenção da VPINI+GAE para os oficiais de justiça, a não absorção dos quintos – PL 2342/2022 (PJU) e PL 2969/2022 (MPU)
- ✓ Derrotar o 'novo' arcabouço fiscal para garantir direitos
- ✓ Não à 'reforma' administrativa (PEC 32/2020)



Assembleia Geral no Sindicato prepara retomada da mobilização por salários, saúde e direitos

Sindicato propõe eleger comando de mobilização pró antecipação da última parcela do reajuste, mais verbas e isonomia na assistência em saúde, e contra 'reforma' administrativa (PEC 32/2020) e 'novo' arcabouço fiscal, que atacam serviços públicos.

Assembleia estadual acontece neste sábado (30 de setembro), às 14h30, no auditório

do Sindicato (Rua Antônio de Godói, 88, 15º andar, no Centro da capital). A atividade

presencial será também transmitida por meio de sala virtual na plataforma Zoom para assegurar a participação mais ampla da categoria. O objetivo é construir uma forte mobilização no dia nacional unificado de lutas marcado para 3 de outubro (terça-feira).

O edital da assembleia foi publicado no *site* do Sindicato neste dia 26.

No dia 3 acontece ainda a greve unificada das categorias metroviária, ferroviária e sabespiana (funcionários da Sabesp) na capital paulista contra o pacote de privatizações do governo Tarcísio de Freitas. Estudantes da USP também estão em greve pela contratação de professores e

políticas de permanência estudantil. E vários setores do funcionalismo e iniciativa privada preparam iniciativas de unificação da luta.



Fotografe o QR Code acima e assegure sua participação na assembleia.

Atos em SP e Brasília, plenária nacional e plebiscito 'esquentam' mobilização unitária



Da esquerda para a direita, ato por mais verbas para assistência em saúde e antecipação do reajuste, no TRF-3, em 23/8; entrega das assinaturas pela antecipação da última parcela do reajuste, no STF, em 21/9; ato por isonomia no pagamento da assistência em saúde no TRT-2 (no Fórum Ruy Barbosa) e pela derrubada dos vetos do governo Lula/Alckmin ao PL 2342/2022 e a antecipação do reajuste; e votação no plebiscito contra as privatizações (Fotos: Kit Gaion, Valcir Araújo e Caio Cipola).

A necessidade de retomada da mobilização da categoria responde à urgência de enfrentar múltiplos ataques. No dia 23 de agosto foi realizado um ato em frente ao TRF-3, cobrando posicionamento da desembargadora Marisa Santos sobre o reajuste dos planos administrados pela Unimed Seguros. E no dia 21 de setembro aconteceu o ato nos fóruns trabalhistas Ruy Barbosa e da Praia Grande, com participação híbrida de servidoras e servidores de diversas regiões.

As duas manifestações cobraram que

as administrações se mexam para que os tribunais superiores liberem suplementação orçamentária para reajustar o auxílio-saúde, a retomada da isonomia na distribuição dos recursos orçamentários para assistência em saúde no TRT-2, além da efetivação da Resolução CNJ 500/2023.

No dia 21, o Sindicato e a categoria também se conectaram com o ato nacional em frente ao STF para cobrar que a cúpula do Judiciário encaminhe a antecipação para fevereiro de 2024 da última parcela do reajuste conquistado com a Lei

14.523/2023, prevista para 2025.

No último dia 26, a nova diretoria se reuniu com a presidência do TRE-SP para discutir demandas como a contratação de plano de saúde pelo Tribunal e condições de trabalho adequadas (foto abaixo).



Acompanhe as iniciativas do Sindicato no site e mídias sociais.

Ato híbrido no dia 3 em frente à JF/Pedro Lessa vai marcar unidade nas lutas

Manifestação terá início às 14 horas, com participação presencial e via Zoom.

Para dar visibilidade às reivindicações da categoria e fortalecer o Dia Nacional de Greves e Mobilizações deste 3 de outubro, o Sintrajud convida toda a categoria a participar de um ato híbrido em frente ao Fórum Pedro Lessa da Justiça Federal (Avenida Paulista, 1682), a partir das 14h. A manifestação presencial contará com uma sala virtual para assegurar a participação de colegas de outras cidades da Grande São Paulo, Baixada Santista e interior do estado. A direção do Sindicato orienta que a categoria se reúna para participar do ato e pede que sejam enviadas fotos da atividade em cada local de trabalho.



Fotografe o QR Code acima e participe do ato.



Joca Duarte

Ato contra a 'reforma' administrativa de Bolsonaro (PEC 32/2020), em outubro de 2021.

Luta contra o assédio moral segue em todo o estado

Alesp repudiou atitude capacitista do juiz-auxiliar da presidência do TRF-3, Paulo Arena; desembargadora Marisa Santos afastou extinção da 5ª Vara em Ribeirão Preto, mas segue em silêncio sobre Arena e fechou 3ª Vara em Piracicaba.

O Sindicato segue atuando para defender o direito da categoria a ambientes de trabalho sem assédio. Após a revisão da demissão da ex-dirigente e oficiala de justiça Beatriz Massariol, determinada pela desembargadora Marisa Santos e revertida por decisão do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, foi possível assegurar o direito do servidor João Carlos Peres (do JEF/Ribeirão Preto) ao teletrabalho sem aumento das metas exigidas.

As duas vitórias foram produto de mobilização que recebeu apoio de entidades e parlamentares. A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Alesp chegou a aprovar por unanimidade moção de repúdio à atitude do juiz Paulo Arena Filho de pedir a disponibilidade de João alegando que sua deficiência auditiva comprometeria a produtividade da Vara onde trabalha há mais de 10 anos. A Corregedoria-Regional apura a conduta do magistrado e o assunto chegou ao Conselho Nacional de Justiça, que determinou



Arquivo Sintrajud

Atuação na Alesp.

providências, por provocação do Sindicato e da CSP-Conlutas, central sindical à qual o Sintrajud é filiado.

A mobilização também forçou pronunciamento de Marisa Santos sobre rumores de extinção ou transformação da 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto em JEF. Após manifestações do Sindicato, da OAB local, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da Procuradoria da Fazenda, a presidente do TRF-3 formalizou a não extinção da Vara. Na semana seguinte, no entanto, ao mesmo tempo em que se mantém em silêncio sobre o Caso Paulo Arena, determinou a extinção da 3ª Vara de Piracicaba. O Sindicato seguirá atuando contra o assédio moral como método de gestão.

PEC 32 NÃO!
Participe da consulta pública da Câmara dos Deputados e vote **'Discordo Totalmente'**
link para votação em "Tudo sobre a PEC32", no site do Sindicato

Pesquisa fundamentará laudo sobre condições de trabalho de Oficiais de Justiça. Participe!

Para fortalecer a luta em defesa do direito à aposentadoria especial para os oficiais de justiça, a entidade lançou pesquisa para coletar dados que fundamentarão a elaboração de laudo técnico descritivo das condições ambientais de trabalho. O questionário está disponível no site do Sindicato ou no QR Code ao lado. É fundamental a ampla participação do segmento, inclusive oficiais aposentados e aposentadas.



Fotografe o QR Code acima e participe.

Governo mantém lógica fiscal que 'asfixia' serviços públicos e ataca servidores

Sem mobilização e atuação conjunta do funcionalismo público não haverá avanços nas negociações e nas pautas salariais

A retomada da Mesa Nacional de Negociações com as entidades do funcionalismo público federal pelo governo Lula se deu com aparência e promessas de que haveria de fato um espaço para tratar das pautas dos servidores.

Cerca de sete meses depois, não houve avanços no diálogo com o Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos.

No âmbito da recomposição salarial e das pautas de impacto financeiro, fora o que já se concedeu este ano com base no projeto orçamentário aprovado no ano passado, não há previsão de recursos para recomposição de salários ou benefícios em 2024 para os servidores do Executivo. Seria a retomada da política de congelamento salarial.

No Judiciário Federal e no Ministério Público da União, o governo vetou o atendimento à demandas aprovadas no Congresso Nacional quando da tramitação dos projetos de lei 2342/2022 e 2969/2022.

Enquanto isso, os impactos do aumento nos planos de saúde consumiram boa parte da primeira parcela do reajuste conquistado ao final de 2022. E a antecipação da terceira e última parcela de fevereiro de 2025 para 2024 teve parecer contrário no CNJ.

A diretoria do Sintrajud avalia que tudo isso são reflexos da manutenção da lógica fiscal que não prioriza os serviços públicos prestados à população, nem a pauta dos trabalhadores e tampouco as políticas sociais.

O 'novo' arcabouço fiscal recém-aprovado pelo governo Lula/Alckmin não rompe com o teto de gastos, que asfixia os serviços públicos, e privilegia o mercado financeiro e o pagamento de dívidas públicas nunca auditadas.

Para além das pautas salariais, também não houve avanços nas reivindicações das entidades sindicais pela revogação de medidas infralegais dos governos

passados, de Bolsonaro e Temer, e que atingem negativamente os servidores e trabalhadores em geral.

Some-se a isso a ameaça do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de pôr em votação a 'reforma' administrativa (PEC 32/2020), que ataca gravemente os serviços públicos. Enquanto representantes do governo já admitem a possibilidade de debater o assunto.

A mobilização e contestação dos servidores e dos sindicatos a isso conseguiu pautar o tema e a sinalização de recuos, porém ainda longe de uma solução sólida para o problema.

O que se confirma é que sem mobilização, sem participação, sem um forte movimento da categoria em aliança com os demais setores do funcionalismo, não haverá avanços, seja com o governo, seja no CNJ. Como em outros momentos, é a pressão direta das categorias que pode preservar direitos e arrancar conquistas.

Sintrajud participa do plebiscito contra a privatização do Metrô, trens, água e saneamento



Caio Ciola

O Sintrajud participa do plebiscito popular sobre a privatização de três empresas públicas estaduais estratégicas para a população: Sabesp, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e Metrô. A urna está disponível para votação na sede do Sindicato, na Rua Antônio de Godói, 88, Centro de São Paulo, das 10h às 17h. Mas também está sendo levada a atividades presenciais, como acontecerá na assembleia estadual e no ato do dia 3 de outubro. Também é possível votar na consulta pela *web*.

A ideia central da iniciativa é mobilizar diversos setores sociais, como comunidades religiosas, escolas, trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, universidades, entre outros, contra a privatização das três estatais, proposta pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

As empresas prestam serviços que são direitos essenciais: abastecimento de água e saneamento, transporte coletivo municipal e intermunicipal.

Congresso da CSP-Conlutas reafirma independência e lança manifesto por unidade em defesa de direitos

A independência de classe frente a empresários e governos foi reafirmada no 5º Congresso da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), a qual o Sintrajud é filiado, realizado de 7 a 10 de setembro de 2023 no Clube Guapira, em São Paulo. O sindicato participou, com uma delegação de 22 servidoras e servidores, eleitos em assembleia.

O Congresso também defendeu a necessidade de combater a política fiscal adotada pelo governo Lula/Alckmin ('novo' arcabouço fiscal) e de exigir a revogação das 'reformas' que cortaram direitos dos trabalhadores, como a trabalhista e previdenciária.

Neste aspecto, foi destacada a luta contra a 'reforma' administrativa (PEC32), que volta a ameaçar a estabilidade do servidor e a própria existência dos serviços públicos.

O Congresso da Central aprovou um

manifesto contra a PEC 32/2020, o arcabouço fiscal e pela construção de uma greve conjunta que seja capaz de assegurar a recomposição salarial dos servidores e seus direitos.

A proposta é mobilizar unitariamente as categorias do Executivo, Judiciário e Legislativo em defesa da reposição integral e imediata das perdas inflacionárias, combater a 'reforma' administrativa — que, na avaliação dos participantes, "já está em curso, com o arcabouço fiscal e o avanço da terceirização e outras formas de precarização" — para derrotar a PEC 32/2020.

Já na abertura do Congresso, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Weller Gonçalves, defendeu os serviços públicos e a atuação sindical combativa e independente. "Aqui, pulsa a luta contra o arcabouço fiscal. Aqui pulsa a luta con-

tra o marco temporal. Aqui pulsa a luta contra as privatizações e aqui pulsam aqueles que não se renderam ao governo dos patrões e estão na luta também contra as reformas trabalhista e previdenciária", disse.



Arquivo Sintrajud